

MERITOCRACIA E UNIVERSIDADE

Roberto Leal Lobo e Silva Filho ¹

O desafio

O tema meritocracia nas universidades é um grande desafio a quem se propõe abordá-lo. Neste momento do Brasil, e do mundo, posições radicais estão ocupando os discursos e a desqualificação dos “adversários” de nossas ideias é aparentemente considerado o melhor argumento.

Na academia, onde as posições mais reflexivas e serenas deveriam ser a tônica dos discursos é talvez o local onde o radicalismo se assentou mais profundamente. Diante da ameaça de crise a cada palavra mal colocada, grande parte de pessoas instruídas que teriam muito a contribuir em todas as discussões, se calam.

O propósito deste texto é apresentar esse tema muito controverso, sem paixões, procurando identificar algumas das razões que embasam cada posição, a favor ou contra a utilização do conceito de meritocracia (na versão mais positiva, sendo a escolha de pessoas pelo mérito, a ser definido caso a caso), acreditando que ao entender os argumentos e as paixões dos interlocutores, mesmo os que defendem posições antagônicas às nossas, é possível

encontrar caminhos novos e criativos. O respeito ao outro tem qualidades funcionais e não somente éticas.

Meritocracia e Isonomia: uma visão geral

A despeito do nosso desejo místico de encontrar perfeição e simetria em todas as coisas, o poder criativo da natureza vem de assimetrias e de imperfeições que se manifestam desde o mundo das partículas subatômicas ao universo como um todo. Num mundo onde o perfeito equilíbrio e a uniformidade prevalecessem, não teríamos átomos, nem aminoácidos, nem galáxias. Seria um mundo estático e sem vida. Nem teríamos um Pablo Picasso...

A constante batalha entre o equilíbrio e o desequilíbrio é a mola da evolução na natureza e na sociedade. Se fossemos todos iguais há 150 mil anos atrás, não teríamos evoluído.

Por outro lado, um exagerado desequilíbrio pode levar à ruína, como acontece em espécies onde as vantagens dos machos grandes e fortes no acasalamento farão rebentos cada vez maiores e mais fortes, até que a espécie perca, por seu tamanho exagerado, acesso a seus esconderijos e proteções naturais e tenda a se extinguir.

Outro exemplo é a concentração de renda em uma economia capitalista e liberal.

Estudos mostram que no período de pós-guerra até 1970 todas as faixas de renda nos EUA cresceram nas mesmas proporções. Não melhorou nem piorou a distribuição de renda no período.

Porém, a partir dos anos 70, este diferencial vem se tornando maior a cada ano. Os cinco por cento mais ricos cresceram

suas fortunas três vezes mais do que aumentou a riqueza dos 20% mais pobres. Para tentar entender essa crescente desigualdade o escritor e conferencista americano Malcolm Gladwell, na palestra “*On Income Inequality*”¹, apresenta algumas razões concretas que possivelmente colaboraram para esta crescente desigualdade.

Em parte, essa diferença se deveu à explosão de ganhos de capital, aos enormes lucros das empresas de tecnologia e aos altos salários de seus executivos, aos salários pagos para os destacados profissionais dos esportes mais populares e aos cachês dos artistas famosos. O avanço e globalização das comunicações colaboraram para acirrar essas desigualdades.

Bruce Boghosian, um professor de matemática da Tufts University, acha que encontrou uma explicação - e um aviso. Usando um modelo matemático criado para imitar uma versão simplificada do mercado livre, ele e seus colegas verificaram que, sem redistribuição, a riqueza se torna cada vez mais concentrada e a desigualdade cresce até que quase todos os ativos sejam mantidos por um percentual extremamente pequeno de pessoas.

Diz Boghosian² “Nosso estudo refuta a ideia de que os mercados livres, praticamente deixando as pessoas por conta própria, serão justos”. Para ele, os mercados livres não podem ser estáveis sem mecanismos de redistribuição.

A evolução saudável é, necessariamente, um processo de pesos e contrapesos (“*checks and balances*”) permanente para que sejam evitados extremos que levem à estagnação e à imobilidade pela simetria ou, por outro lado, para as desigualdades extremas que geram grandes rupturas e são igualmente destrutivas.

É nesse contexto que se situa a tensão que se observa hoje em dia entre a isonomia em todos os níveis e a meritocracia, nesta mesma abrangência.

A ideia da meritocracia não é nova. Na verdade, tem muitos séculos. O conceito de meritocracia foi lançado por Confúcio no século VI A.C., quando a China, seguindo seus conselhos, passou a estabelecer exames de competência para servidores públicos, substituindo a política anterior que efetivava a ocupação dos mesmos pela origem social dos indivíduos, segundo a ideologia da aristocracia onde a origem nobre, ou não, classificava os cidadãos e definia suas perspectivas futuras de realização.

Mais de mil anos se passaram quando, após a Revolução Francesa, com seu lema “*Liberté, Egalité, Fraternité*”, foram abolidos os direitos de nascença, que caracterizavam a aristocracia. Entre essas reformas estava a transição de uma ordem aristocrática baseada no patrimônio e na herança social para um estado meritocrático baseado, supostamente, na capacidade e esforço de cada um.

Napoleão introduziu, então, o preenchimento de funções do Estado pelas qualidades individuais e não mais pela origem nobre, ou descendência. A educação generalizada e de qualidade era, e é, pré-requisito essencial para o sistema meritocrático.

Dentro dessa filosofia, Napoleão criou, como parte desse projeto, escolas superiores chamadas as *Grandes Écoles*, para preparar as gerações futuras para as funções públicas mais importantes. Os países que Napoleão dominava, quando no auge do poder, foram forçados a reduzir o poder da aristocracia e adotar por um tempo, e em parte com sucesso, os princípios da meritocracia.

Na Inglaterra, a partir do século XIV a Câmara dos Comuns, cujos membros eram eleitos regionalmente, passou a ter cada vez maior importância e cresceu ainda mais de importância com a Revolução Industrial e com a adoção de uma política econômica inclusiva, que valorizava a inovação e o empreendedorismo, facilitando a criação de novas empresas e novas tecnologias. A meritocracia

desabrochava na ilha.

A Revolução Americana sofreu forte influência tanto pela origem britânica dos colonos americanos quanto pelas ideias libertárias que geraram a Revolução Francesa, que tinham grande ênfase na defesa da educação universal como fator imprescindível para o estabelecimento de uma democracia plena (embora segmentada) baseada em um sistema de igualdade de oportunidades e no reconhecimento e recompensa pelo mérito e pelo esforço individual.

Os construtores do Estado Americano (os *Founding Fathers*) defendiam intransigentemente a boa educação para todos como a única forma de se ter uma democracia estável, atuante e bem sucedida. Igual educação e oportunidade para todos era a receita – a partir daí, que cada um encontrasse os caminhos do sucesso pessoal. Era consequência dos princípios consagrados na Declaração de Independência que proclama que “todos os homens são criados iguais com direito à vida, liberdade e busca da felicidade”.

Em “O Sonho Americano”, de 1931, James Truslow Adams³ reforçou os ideais americanos criando o lema nacional dos Estados Unidos como um conjunto de ideais (democracia, direitos, liberdade, oportunidade e igualdade) em que a liberdade inclui a oportunidade de prosperidade e sucesso, bem como uma mobilidade social alcançada através do trabalho árduo em uma sociedade com poucas barreiras.

Embora os Estados Unidos se orgulhem historicamente de ter oferecido oportunidade de sucesso a todos, independentemente de sua origem, vimos que os caminhos que antes levavam pessoas de condição modesta para a elite americana foram reduzidos dramaticamente nas décadas recentes. “Famílias de classe média não podem mais pagar por uma educação de qualidade semelhante ao que as famílias ricas compram, e as escolas comuns ficam

³ James Truslow Adams, *The Epic of America*, 1931, Little, Brown and Company.

cada vez mais atrás diante da educação das elites.” (Daniel Markovitz)⁴

Há, como sempre acontece, armadilhas e tropeços, tanto na meritocracia radical quanto na isonomia generalizada.

O termo meritocracia foi cunhado a partir do livro “*The Rise of the Meritocracy*”⁵ do sociólogo e político britânico Michael Dunlop Young em 1958. O livro, crítico e satírico, descreve uma sociedade dividida, em um futuro Reino Unido, na qual a inteligência e o mérito tornaram-se os princípios centrais, substituindo divisões anteriores de classe social e criando, no entanto, uma sociedade estratificada entre uma elite de poder que se julga com grande merecimento e uma subclasse desprivilegiada dos considerados menos merecedores.

Cingapura é talvez o exemplo moderno mais conhecido de um sistema ideologicamente meritocrático.

Embora Cingapura esteja revendo e criticando sua ideologia social que privilegia a meritocracia, é bem verdade que esta ajudou o país a se desenvolver em um ritmo muito veloz. A autocrítica que faz Cingapura é que o país utilizou para seu crescimento (e com sucesso temporário) a meritocracia sem medidas paralelas fortes que incentivassem a igualdade de oportunidades e o equilíbrio social. Sem estes contrapesos, a estrutura social de Cingapura vem aguçando as desigualdades e instabilidades sociais e vem sendo objeto de críticas contundentes.

Na prática, as desigualdades sociais se aprofundaram, com as oportunidades individuais dependendo mais da classe social e do patrimônio das famílias.

4 Daniel Markowitz, “The Meritocracy Trap: How America’s Foundational Myth Feeds Inequality, Dismantles the Middle Class and Devours the Elite,” Penguin Press.

5 Michael Young, “The rise of meritocracy”, 1958, Thames and Hudson

Da mesma maneira, a República Popular da China adota e defende o sistema meritocrático em que a escolha para a ocupação de posições importantes é feita pelo Partido Comunista, que analisa o potencial e o desempenho anterior dos candidatos para, segundo seus ideólogos, melhor atender aos interesses da nação. Também lá, há iniciativas para redução das desigualdades e universalização de uma educação de qualidade para diminuir o gap que se criou.

O principal argumento em favor da meritocracia é que ela proporcionaria maior justiça do que outros sistemas hierárquicos, uma vez que as distinções baseadas na meritocracia não deveriam se dar por sexo, raça, riqueza, posição social ou outros tipos de discriminação. Além disso, em teoria, a meritocracia, através da competição entre os indivíduos, estimularia o aumento da produtividade e da eficiência na sociedade.

A meritocracia, em tese, é a ideologia das empresas (não familiares) bem sucedidas. O que é uma meritocracia nas organizações? Segundo os princípios da meritocracia, todos teriam o direito de expressar suas opiniões e seriam encorajados a compartilhá-las abertamente e com frequência. Essas opiniões seriam ouvidas e as decisões tomadas com base nas consideradas como melhores opções. São princípios básicos de uma boa gestão, em qualquer organização.

É importante entender que uma meritocracia não é uma democracia. Não há "decisão por consenso"; nem todo mundo tem um voto. Esta é a principal distinção da meritocracia. Enquanto, em princípio, todos têm voz, alguns são ouvidos mais do que outros.

Embora a meritocracia tenha sido abraçada como símbolo da igualdade em várias sociedades e descongelado a elite em seus primeiros anos de implantação, ela agora, decorrido o tempo, pode sufocar ao invés de promover a mobilidade social, como acontece em Cingapura.

No aspecto prático e individual, a meritocracia é quase sempre o critério de escolha: quem não quer o melhor médico para si e os seus, ter os melhores professores e escolas para seus filhos, viajar com um piloto competente, quem não quer o melhor diretor para sua empresa? Mas meritocracia não é, necessariamente, democrática em suas consequências.

Os regimes atuais da China e de Cingapura são regimes centralizados, autoritários e meritocráticos. Essa forma de governo tem sua ideologia defendida publicamente por seus dirigentes, que criticam o sistema de eleições diretas em todos os níveis, restringindo-as, quando muito, a eleições locais.

As críticas à meritocracia se baseiam no fato de que nem sempre (ou quase nunca para os críticos mais radicais) as escolhas são feitas em função da identificação das maiores vocações: nos EUA, por exemplo, as equipes profissionais dos campeonatos mais populares são compostas, em sua esmagadora maioria, por atletas nascidos no primeiro semestre (janeiro a junho).

Isto porque, como os campeonatos estudantis são divididos pelo ano de nascimento dos atletas, os técnicos recrutadores nas escolas preferem os alunos que nasceram no primeiro semestre de cada ano, que são, em geral, fisicamente mais desenvolvidos. Com esse estímulo e treinamento eles se destacam cada vez mais, enquanto os nascidos no segundo semestre têm poucas oportunidades e procuram outras atividades. Não é uma escolha por talento ou esforço, mas pelo semestre de nascimento e consequente desenvolvimento físico.

Não só no esporte competitivo americano a meritocracia trouxe um subproduto discriminatório. Essa desigualdade gerou a visão perversa de que quem teve sucesso (principalmente material) trabalhou duro, correu riscos e é inteligente para usar bem seus atributos e que quem não

teve sucesso na vida e é pobre não trabalhou o suficiente, não teve coragem de ariscar, ou é pouco inteligente. Criou-se a oligarquia da riqueza e o mérito como sua justificativa.

A meritocracia incorpora o conceito da “Sobrevivência do mais apto”, que justifica a competição pela sobrevivência ou predominância originalmente usado por Herbert Spencer no livro *“Principles of Biology”*⁶, de 1864. Spencer comparou suas ideias econômicas às teorias darwinianas sobre evolução e seleção natural.

No romance “Quincas Borba”, Machado de Assis resume, dura e realisticamente, as críticas à meritocracia radical em que os vencedores colhem todos os benefícios, gerando enorme desigualdade entre os cidadãos: “Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas”.

Atualmente, o conceito de meritocracia tem sofrido fortes ataques por parte dos setores que priorizam as políticas afirmativas e de inclusão.

Os títulos de suas obras não deixam margem para dúvidas. Exemplos são muitos, como: “The meritocracy trap”⁷ de Daniel Markowits professor da Universidade de Yale e “The Tyranny of Merit”⁸ e “Meritocracy and Global Inequality”⁹ de Michael Sandel, professor da Universidade de Harvard. Não podem ser considerados inimigos desprezíveis da meritocracia.

Os argumentos defendidos, com intenso vigor, são as

6 Herbert Spencer, “The Principles of Biology”, Appleton and Company, 1910.

7 Daniel Markovitz, “The Meritocracy Trap”, Penguin Books (September 8, 2020).

8 Michael Sandel, “The Tyranny of Merit”, Farrar, Straus and Giroux, 2020.

9 Michael Sandel, “Meritocracy and global Inequality”, <https://www.youtube.com/watch?v=nyZGrxHKftg>

injustiças em se considerar somente quem teve sucesso, principalmente financeiro, como pessoas admiráveis e quem não tem sucesso como os responsáveis pelo seu próprio fracasso. Esta visão acentua o rancor e o preconceito e a divisão acentuada em uma sociedade.

Esses e outros autores argumentam, com razão, que as condições iniciais para diferentes segmentos sociais são muito distintas e que pessoas com condições socioeconômicas precárias terão grande dificuldade, ou mesmo a impossibilidade de competir com pessoas que vêm de famílias abastadas, com uma educação esmerada, e até os que podem, por exemplo, usar seu poder econômico para privilegiarem seus filhos quando do ingresso nas melhores universidades.

Os estudos e exemplos são inúmeros e contundentes, mostrando que o poder econômico e suas consequências - mais educação, saúde e cultura geral - fazem a diferença na seleção para admissão em instituições de ensino e para postos de trabalho nas demais organizações.

Sem um sistema educacional fundamental universal de qualidade, aliado a outras políticas públicas como saúde, estímulo ao empreendedorismo, simplificação legal e tributária, nem a meritocracia nem a democracia podem funcionar bem.

Uma crítica irônica ao conceito de meritocracia é o chamado Princípio de Peter que defende que o sistema de promoção por mérito esbarra em uma forte contradição: o indivíduo deixa de ascender quando ele é suficientemente incompetente no exercício da função atual. Como consequência deste princípio: *“numa hierarquia todos os empregados tendem a elevar-se até seu nível de incompetência”*.

A Universidade e seus critérios

As universidades têm sido um dos focos principais das

críticas à meritocracia. O tema se acentua e apaixona exatamente onde os maiores pensadores, pesquisadores e, em geral, os futuros líderes convivem e formam as novas gerações.

A paixão acadêmica exacerba as discussões e a radicalização das posições. Isso não é de hoje. Já dizia Max Plank, o grande físico que lançou as ideias da mecânica quântica da irreversibilidade na natureza: *“Uma nova verdade científica não triunfa convencendo seus oponentes e fazendo-os ver a luz, mas sim porque seus oponentes eventualmente morrem, e uma nova geração que está familiarizada com ela cresce.”*

A competição sempre fez parte das organizações, mais ainda das universidades. Os exames para ingresso no funcionalismo público são uma demonstração disso. Nas universidades não é diferente.

Independente da modificação de regras para os critérios de ingresso no ensino superior e, eventualmente, nos seus corpos docentes, os centros de pesquisa deverão continuar a ser seletivos, competitivos e exigentes porque são essenciais para sustentar o avanço constante do conhecimento, vital para o progresso da sociedade.

A competição faz parte da vida do professor universitário e do cientista. As revistas científicas têm espaço limitado e para publicar um artigo nelas o pesquisador terá que superar outros pesquisadores com outros artigos. Quantos pesquisadores defenderiam um sorteio lotérico para decidir que artigos deveriam ser publicados em determinada revista?

Quando a universidade coloca uma vaga para concurso está se utilizando de um processo meritocrático. Quantas bancas procuram saber das dificuldades pelas quais passaram os candidatos em suas infâncias antes de decidir pelo vencedor? E é isto que o aprovado é: o vencedor. Não há igualitarismo ou isonomia nestes casos (nem protestos

contra este fato!)

As críticas à meritocracia nas universidades (excluindo os processos de seleção de novos estudantes, que é outro capítulo) se baseiam em exemplos que claramente burlavam este princípio: é a preferência por um filho de professor “catedrático” da casa em competição com outros candidatos igualmente, ou mais bem preparados, é a censura ideológica de candidatos para contratação ou promoção independente do mérito individual, é o preconceito existente em algumas profissões, mais que em outras, contra a ascensão de mulheres ou de certas etnias a cargos superiores e de maior responsabilidade, ou ainda do gestor bonzinho, em detrimento do gestor competente.

São mazelas comuns, encontradas em todas as universidades. Apesar das mazelas, as universidades há mil anos vêm contribuindo para o progresso e bem estar da humanidade. Muitas vezes estas decisões são atribuídas à meritocracia, confundindo o que seria o critério de julgamento meritocrático pelo mal uso de subterfúgios e preconceitos que, na verdade, violam este princípio.

Os princípios da justiça social têm sido uma bandeira importante nas discussões sobre qualidade e igualdade nas universidades, tendo em vista a diversidade de histórico, raça, gênero e condição socioeconômica de cada membro ou candidato a membro da comunidade acadêmica. No entanto, igualdade não significa fatias iguais, ou proporcionais para todos.

Por exemplo, há profissões mais demandadas por homens do que por mulheres e vice versa. É uma realidade universal. Pelo IBGE e INEP é possível citar que no Brasil a demanda profissional por engenharia, comunicações e matemática é maior por parte dos homens, enquanto na saúde (exceto medicina), como enfermagem e fisioterapia, e nas humanidades, letras e pedagogia, por exemplo, têm a preferência das mulheres. Não é muito diferente no

resto do mundo. Seria forçado e pouco produtivo fazer turmas paritárias no que diz respeito ao sexo em todas as carreiras. É um exemplo que ilustra que os princípios adotados dependem do objeto e das circunstâncias.

As universidades públicas são tremendamente seletivas ao contratar docentes por meio de concurso público. As promoções nas carreiras passam por fortes escrutínios de mérito, que levam em conta realizações passadas e o potencial do candidato para o futuro. Não é um mérito abstrato, mas muito concreto e ligado não só às necessidades da unidade universitária, como a área de conhecimento à qual o docente se propõe a integrar.

Departamentos e grupos de pesquisa preferem reforçar seus quadros com um bom pesquisador/professor da sua área de atividade do que contratar um excepcional pesquisador de outra área. É uma atitude muito natural e eficaz. Não se baseia no conceito abstrato ou absoluto de merecimento.

Alguns acadêmicos criticam a meritocracia, mas contam (ou aceitam que contem) o número de trabalhos publicados e as citações - para estabelecer o famoso fator h - antes de contratar ou promover um docente. Em todo o concurso, o escopo de aferição é limitado por razões práticas. Não dá para analisar cinquenta características diferentes se for para se decidir, em tempo hábil, por um determinado candidato.

Da mesma forma, os cargos de gestão acadêmica/administrativa nem sempre são ou devem ser ocupados pelo melhor cientista ou professor, mas por quem poderá exercer esse papel naquele momento com maior eficácia. O mérito, ou merecimento para a ocupação do cargo se baseia em princípios distintos dos utilizados para a promoção de docentes.

A universidade é, assim, um modelo de instituição meritocrática, ou pretende sê-lo, na prática.

A universidade como fator de ascensão

Por que surgiu, dentro da própria academia e com grande repercussão na sociedade, a atual reação à visão de uma universidade meritocrática?

A universidade historicamente tinha como objetivo formar cidadãos instruídos e críticos. Não era prioritariamente voltada à formação de profissionais especialistas. O papel das escolas de Artes Liberais nos EUA e as universidades inglesas foram paradigmáticas neste sentido.

Sem dúvida, ter um diploma universitário era um diferencial, mas do ponto de vista financeiro era muito melhor ser nobre ou um bom artesão do que ser professor.

Essa realidade perdurou por séculos, mas recentemente a sofisticação tecnológica e a necessidade de qualificação para lidar com as novas demandas profissionais valorizou a formação universitária e a diferença salarial entre quem possuía diploma universitário e quem não possuía se ampliou muito, se acelerando a partir do final da segunda guerra.

Esta situação gerou uma crescente demanda pelos cursos universitários que redundou em uma grande expansão do mesmo. O desejo de ingressar na universidade passou a ser o desejo da grande maioria da população. São muitos os depoimentos de pais que contam sobre os sacrifícios feitos para garantir apoio para que os filhos obtenham um diploma universitário.

Recente publicação da UNESCO¹⁰, *“Understanding Access to Higher Education in the Last Two Decades”* faz uma análise bastante clara da evolução das matrículas no ensino superior globalmente, sua expansão e seus problemas.

¹⁰ “Understanding Access to Higher Education in the Last Two Decades” UNESCO, dezembro de 2020.

Reproduzimos alguns trechos importantes deste estudo:

“Nos últimos vinte anos, a taxa bruta de matrículas do ensino superior (HE) em todo o mundo quase dobrou, passando de 19% para 38% entre 2000 e 2018. O número de estudantes atualmente matriculados no ensino superior (universidade e não universitário) é de 38% da população total na faixa etária de cinco anos imediatamente após a formatura do ensino médio.

Apesar do quadro positivo geral do aumento médio dos níveis de matrícula em todo o mundo, nem todos os segmentos da sociedade são igualmente capazes de se beneficiar do ensino superior. Ainda há diferenças significativas no acesso, particularmente para os grupos de renda. A população mais pobre continua ficando para trás, com 10% de acesso ao ensino superior em 2018, contra 77% do setor de maior renda no mesmo ano.

Em termos de aumento, grupos de baixa renda mais do que dobraram suas taxas de matrícula desde 2000, mas seu aumento foi moderado em termos de pontos percentuais. O grupo de renda média alta se beneficiou do maior aumento: mais do que triplicou sua taxa de matrícula, com um aumento de 35 pontos percentuais.

As duas principais barreiras institucionais presentes na maioria dos sistemas de educação superior são as mensalidades e os exames de admissão. Os aumentos de matrícula estão muito claramente associados à diminuição das taxas de atendimento e conclusão. A universidade estará fora de alcance para aqueles que vêm de famílias pobres e não têm contribuições financeiras significativas.

Os exames e requisitos de vestibular parecem um meio justificável de avaliar se os alunos estão equipados para participar de um determinado curso. No entanto, em muitos casos, eles privilegiam alunos de escolas de alta qualidade e aqueles que foram capazes de pagar por cursos preparatórios.

Os princípios meritocráticos das admissões universitárias são difíceis de separar de vantagens e desvantagens sociais injustas.

O aumento do acesso ao HE nos últimos 20 anos é resultado de muitos fatores, incluindo um conjunto de forças motrizes, como: desenvolvimento econômico, aumento das aspirações da classe média, crescimento de instituições privadas e crescimento de instituições de ensino a distância.”

As consequências dessa nova realidade apresentam várias vertentes: processos seletivos rigorosos, dificuldades financeiras e organizacionais dos governos para prover o ensino superior a todos que desejem, abrindo-se as portas deste segmento da educação ao ensino privado.

O que era considerado um bem social e cultural passou, com a supervalorização do sucesso financeiro, a ser um bem individual. O sucesso era quase garantido para quem possuía o diploma! Pagar para isso valia a pena. Mesmo nas melhores universidades alguns grandes doadores chegam a comprar vagas para seus descendentes.

Esse é um fenômeno comum e que precisa de permanente vigilância: algo muito ambicionado induz ao uso de práticas não recomendáveis com o propósito de superar as dificuldades e obter um sucesso não merecido.

Populações de baixa renda enfrentavam (e ainda enfrentam) grandes dificuldades para conseguir a desejada ascensão social por meio de um treinamento universitário.

Para o egresso do ensino médio, o exame de seleção para ingresso no sistema universitário é um grande obstáculo entre sua expectativa e a dificuldade para alcançá-la.

Na verdade, este problema não é de hoje. Nas décadas de 50 e 60 os famosos “excedentes” identificavam aqueles estudantes que haviam feito os vestibulares, eram

aprovados em princípio, mas não eram convocados para ingressar nessas instituições pela limitação no número de vagas.

As políticas restritivas de inclusão no ensino superior, apesar do grande aumento no número de vagas oferecidas em todo mundo, são problemas recorrentes que se acentuam em função da crescente discrepância salarial observada desde os anos 70 entre os salários típicos dos egressos do ensino médio e os dos graduados no ensino superior. Na maioria dos países, incluindo os países da OECD, estes diferenciais salariais que eram muito pequenos no pós-guerra, atingem hoje em dia mais de 150%.

No Brasil foram realizadas pesquisas recentemente pelos Instituto Semesp e Symplicity, que apontam que terminar o ensino superior garante maior empregabilidade e vantagem salarial em relação ao ensino médio completo e incompleto, com índice de crescimento real de 135% na média do rendimento bruto.

O diploma de ensino superior é considerado, até exageradamente, a chave do paraíso, que garante o sucesso profissional por abrir as portas para a maioria dos empregos. Atualmente, mesmo empregos que em princípio não exigiriam nível superior na contratação de novos funcionários priorizam quem o possui.

Ingressar numa faculdade passou a ser o passaporte para uma vida mais segura e confortável. Diga-se, de passagem, que esta visão é só parcialmente verdadeira – sem dúvida, ter um diploma universitário é um trunfo para a empregabilidade, mas nem todos os diplomas representam uma ascensão social garantida, se esta ascensão for medida pela renda auferida pelo profissional e não pela posse de seu diploma nem pela satisfação pessoal.

Elise Gould, do Instituto de Política Econômica¹¹, é crítica da visão otimista que relaciona diploma superior e sucesso profissional e financeiro, uma vez que uma contribuição significativa à média dos altos salários se deve ao crescimento inflacionado dos salários executivos como a autora explica:

“Maiores retornos sobre a educação não podem explicar a crescente desigualdade salarial.

A desigualdade salarial acentuada e crescente é frequentemente explicada pela crescente demanda por trabalhadores com níveis mais altos de escolaridade — quanto mais escolaridade você tiver, mais você será pago. Mas nossa pesquisa mostra que o aumento do abismo nos salários tem pouco a ver com o aumento dos retornos à educação.

A explicação predominante hoje justifica a desigualdade salarial como uma simples consequência da crescente demanda do empregador por habilidades e educação - muitas vezes considerada impulsionada pelos avanços tecnológicos. De acordo com essa explicação, por falta de trabalhadores universitários, a diferença salarial entre aqueles com e sem diploma universitário está aumentando. O aumento esperado para o salário dos trabalhadores de um diploma universitário de quatro anos é conhecido como o “prêmio universitário”.

Apesar de sua grande popularidade e apelo intuitivo, esta situação sobre as recentes tendências salariais impulsionadas cada vez mais por uma corrida entre educação e tecnologia não se encaixa bem nos fatos, especialmente desde meados da década de 1990. A crescente desigualdade se verifica entre o topo da pirâmide (ou alto topo) e todos os outros. O descolamento do topo não pode ser explicado pelas diferenças educacionais, mas sim pela escalada dos salários executivos e financeiros.

¹¹ Elise Gould, “Higher Returns On Education Can’t Explain Growing Wage Inequality”, 2019.

Mesmo quando se olha para as mudanças relativas no percentil 95% dos assalariados em comparação com o percentil 50% dos assalariados e comparando essa lacuna com o ganho salarial universitário de 2000 a 2018, é claro que o aumento no ganho salarial dos bacharéis têm sido muito modestos e muito menores do que o crescimento contínuo da diferença salarial de 95/50. Portanto, é altamente implausível que o crescimento das necessidades patronais não atendidas para os graduados universitários tenha impulsionado a desigualdade salarial.”

Mas, a verdade é que o diploma superior se tornou o sonho de consumo para todas as classes sociais, em particular para as de mais baixa renda. A expansão do sistema universitário ocorrido na segunda metade do século XX tornou esse sonho mais viável a todos e frustrou quem não conseguiu realizá-lo.

A frustração de quem teve suas expectativas barradas por um exame que se dizia meritocrático, mas que não levava em conta as dificuldades pessoais encontradas por cada um, desaguou em uma crítica contundente sobre o conceito de meritocracia nos processos de admissão ao ensino superior, principalmente nas universidades de elite.

Os sistemas clássicos de admissão nas instituições de ensino superior, via prova escrita ou análise curricular, que supostamente escolhem os mais aptos (embora este seja um conceito vago e difícil de quantificar) passaram a ser fortemente questionados. **Foi questionado se esses exames meritocráticos que tem como premissa a valorização do talento, do nível de conhecimento e do esforço dos candidatos não estavam contribuindo para uma maior separação entre classes sociais, raças e sexos.**

A grande e profunda objeção ao critério meritocrático é que, na prática, ele só atinge seus propósitos se forem dadas oportunidades semelhantes aos concorrentes no início da disputa, o que não ocorre na vida real. Filhos das

famílias mais ricas, que podem dar melhor educação básica a seus filhos, os colocam muitos metros à frente na largada da corrida pelas vagas universitárias.

A igualdade pela inclusão seletiva

Essa questão do ingresso se acentuou a partir dos estudos realizados nos EUA que mostraram que a maioria esmagadora dos estudantes aceitos nas universidades de ponta naquele país vinha de filhos de ex-alunos, de professores da casa ou de grandes doadores, que gozam da preferência nos critérios de ingresso. O mesmo acontece na Europa. O conhecimento dessa realidade é que causa indignação porque ignora os princípios da valorização da vocação e do merecimento. Não é um critério justo e, na verdade, não é nada meritocrático.

A partir dessas críticas, justificou-se a introdução de cotas na seleção para ingresso nas instituições de ensino superior, criando vagas reservadas a quem foi considerado injustiçado por não ter tido a oportunidade, por uma série de fatores e independentemente de seu desejo, de preparar-se adequadamente para a competição.

Todos (ou quase todos) concordam que um jovem pobre e talentoso, independentemente de qualquer outra característica, seja de renda, cor da pele ou sexo, deveria ter a possibilidade de acesso à universidade, se fosse esse seu desejo e vocação. Aí é que entra a necessidade de uma política educacional básica universal e de qualidade, reduzindo - na medida do possível - as disparidades de origens culturais e socioeconômicas.

No Brasil, as cotas, implantadas em 2012, cuja legislação será revista em 2022, também vem sendo objeto de vários estudos, alguns indicando que os cotistas têm desempenho, em geral, ligeiramente inferior aos não cotistas (Andifes

e outros),¹² principalmente nas áreas de ciências exatas e tecnológicas, e outros estudos chegando à conclusão de que não há diferença significativa entre os resultados de cotistas e não cotistas, baseados nos resultados do ENADE¹³ e da evasão estudantil. Alguns chegam a sugerir que os resultados dos cotistas são até melhores em alguns casos.

Analisando os dados do ENADE, se constata que em várias profissões os resultados entre ingressantes por diferentes critérios de seleção são, na verdade, muito próximos variando de não mais de 15% do desvio padrão (o que é muito pouco significativo). Há, entretanto, um viés no estudo baseado nos resultados do ENADE, uma vez que não se mede neste exame a evasão relativa de cotistas e não cotistas, nem transferências entre cursos superiores.

A verdade é que a inclusão na forma como é realizada no Brasil impacta pouco nos resultados globais de desempenho. Se há um preço em termos de desempenho a pagar pela maior diversidade e inclusão ele ainda é bastante pequeno.

Há ainda muita controvérsia nos EUA sobre a eficácia da política de cotas. Argumentam seus críticos que os estudantes beneficiados com as cotas procuram as melhores universidades onde eles são confrontados com estudantes muito mais bem preparados e acabam se situando no terço inferior da turma, perdendo a autoestima que traziam do colégio.

Alguns estudos indicam que esta situação pode prejudicar estes estudantes com reflexos nas atividades e no sucesso profissional. Esses mesmos estudos indicam que bons alunos de escolas públicas que ingressam em instituições de ensino superior de nível intermediário têm mais

12 "Cotistas têm desempenho inferior entre universitários" Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=19583>.

13 Exame Nacional De Desempenho Dos Estudantes (INEP/MEC) aplicado aos concluintes da maioria das profissões de nível superior pelo Ministério Da Educação.

sucesso não só nos seus estudos como futuramente nas suas profissões. Vários estudos na área de Direito levaram a este diagnóstico.

É o que se chama de “mismatch”¹⁴, que se pode entender como perda de sintonia entre objetivos que se pretende e os resultados efetivamente realizados.

É muito importante, para que um regime de cotas possa ter sucesso, mesmo que temporariamente, que se evite de todas as formas a criação de segmentos de cotistas e não cotistas nas universidades e que se encontre soluções financeiras para a permanência dos estudantes carentes nas instituições de ensino superior.

Não podemos esquecer que, em algum momento, mesmo o sistema de cotas (seja ele qual for e para que posição for, inclusive no ingresso de estudantes) acaba usando algum critério de escolha, e se não for por sorteio, recairá sobre os melhores – dentro de algum critério que será considerado um mérito (entendido como merecimento) - entre os que podem ser beneficiados por essas cotas.

Quando vemos as acaloradas discussões na defesa da igualdade e na defesa das cotas (qualquer que sejam elas), vemos que resta uma pergunta: se introduzimos cotas para estudantes por que não para funcionários e professores? A meritocracia tem sido muito bem aceita nas empresas, mas é mal vista atualmente por uma larga fatia da população, principalmente por educadores. No entanto, eles não têm, em geral o mesmo apreço pela discussão sobre políticas de inclusão no corpo docente das instituições de ensino.

Se o regime de cotas introduzido no Brasil reduziu efetivamente parte das disparidades entre estudantes de graduação, embora elas ainda existam, nos corpos docentes das IES as disparidades são ainda notáveis. Embora no total das matrículas de graduação e do

¹⁴ Mismatch, R. H. Dander e S. Taylor, Jr., 2012, Basic Books.

número de formados, por exemplo, haja superioridade das mulheres, o mesmo não acontece no corpo doente como um todo, nem nas funções de chefia.

Acredito que a mesma questão quando aplicada a vagas docentes, promoções e até acesso à pós-graduação nas universidades não é objeto do mesmo clamor possivelmente pelo fato de não ser enquadrada como uma injustiça nos mesmos moldes da graduação, em razão do entendimento de que a formação em nível superior já garante oportunidades mais equânimes nas escolhas para aquelas funções. No entanto, é sempre preciso cuidar para a possibilidade de eventual discriminação, que precisa ser sempre combatida.

Por isso, a questão do ingresso na graduação é a maior bandeira para a inclusão e a diversidade e há uma razão para isso: a educação básica é que nivela e, em tese, oferece as condições para uma competição justa no futuro, enquanto o funcionamento de organização é regido pela eficiência e competitividade. Dependendo do prêmio se estabelece a estratégia. Como estabelecer o equilíbrio entre duas aspirações igualmente meritórias, sem destruir a ambas?

A busca do equilíbrio

Em mesa redonda recentemente realizada e relatada por Shannon Watkins¹⁵ sob o título bem sugestivo: “Adeus meritocracia... e então o quê?”, que reuniu quatro professores para debater a questão da inclusão nas instituições de ensino superior, Watkins resumiu o debate da seguinte forma: Somente o professor Williams, o único Afro Americano, era contra as cotas, os outros três tinham propostas distintas. Um era pelo ingresso por sorteio, outro por um exame amplo em que se avaliasse toda a vida do candidato e se estabelecessem parâmetros

¹⁵ Comentários de Shannon Watkins sobre o seminário realizado e publicado por James G. Martin Center for Academic Renewal, 2020.

para a seleção, proposta de execução quase impossível, e o quarto debatedor somente se limitou a criticar o sistema atualmente vigente, mas não ofereceu sugestões para melhorá-lo. Decorre daí o título do artigo. Ainda não há estudos suficientes ou propostas revolucionárias aceitáveis para mudar radicalmente o sistema atual.

E além da educação, como aumentar a isonomia de oportunidades para outras áreas que se mostram fundamentais para o desenvolvimento do cidadão como a saúde, a cultura, os esportes, etc., que acabam também interferindo no próprio sucesso do processo educativo?

Há muitas armadilhas para a meritocracia, mas sem ela a sociedade não funciona. É preciso, no entanto, equilibrá-la com a oferta de oportunidades as mais semelhantes possíveis para todos e justiça nos julgamentos e avaliações profissionais.

É necessário encontrar um equilíbrio entre estas duas visões de organização social de forma a estimular as vocações, valorizar o trabalho e a dedicação, reduzir desigualdades sem correr o risco de nivelar por baixo, desvalorizando o esforço de aprender, tipicamente individual, criticado no livro “A Escola dos Bárbaros”, das educadoras francesas Isabelle Stal e Françoise Thomé¹⁶ e também entender que um sistema meritocrático baseado somente em testes e provas pode não ser a única e melhor forma de selecionar pessoas.

É importante ressaltar, entretanto, que as melhores universidades do mundo, situadas em sua maioria em países altamente democráticos, adotam o sistema meritocrático na escolha de seus dirigentes e na promoção de professores. Certamente, em várias situações e organizações, algum nível de meritocracia precisa existir para atender inclusive necessidades de qualidade, desempenho e competitividade,

¹⁶ “A Escola dos Bárbaros”, Isabelle Stal e Françoise Thomé, ed. T A Queiroz, 1991

inclusive do país.

Entretanto, atribuir o sucesso exclusivamente ao mérito pessoal pode ser um equívoco custoso. Estudos demonstraram que grande parte dos executivos premiados em determinado ano por terem conseguido aumentar muito o valor das ações de suas companhias, ao serem reavaliados anos mais tarde concluíram que a maioria perdeu a liderança, caindo no grande grupo de executivos de médio desempenho.

É um fenômeno bem entendido na estatística e se chama atração pela média. Se parte do sucesso se deveu à sorte eventual, ocorrida na conjuntura e não por mérito exclusivo do executivo, a tendência é que em condições normais seu desempenho se aproxime do desempenho médio dos outros executivos, reduzindo relativamente - e não reproduzindo - seu sucesso inicial.

Um exemplo deste fenômeno pode ser dado em um jogo de moedas. Se oitenta pessoas escolhidas ao acaso jogarem três moedas para cima, provavelmente cerca de 10 conseguiriam obter três caras. Será que elas têm algum poder sobrenatural? Claro que não. Isso é estatística.

Indo mais além, se repetirmos a experiência com estas pessoas provavelmente somente uma ou duas conseguiriam três caras. É a chamada tendência central em estatística - se uma medida feita resulta abaixo da média de uma amostra, a medida seguinte será provavelmente maior que a primeira. Se a primeira fosse maior que a média, a seguinte provavelmente seria menor. É muito lógico e intuitivo. Não há nada de mais mágico no primeiro lançamento - somente uma escolha de uma parte da amostra.

Muitos enganos são cometidos ao se esquecer das leis das probabilidades. Elas explicam a não replicabilidade de medidas de sucesso adotadas de forma ingênua. Se o mérito for medido assim, acarretará grandes equívocos e

injustiças.

A democracia tenta dar uma resposta a este dilema. Pode não ser a melhor imaginável, mas é a melhor possível. Winston Churchill tem uma frase que ele emitiu no Parlamento Britânico em 1947, que talvez encontre um meio termo entre os dois extremos:

“Muitas formas de governo foram tentadas, e serão tentadas neste mundo de pecado e aflição. Ninguém argumenta que a democracia é perfeita ou sábia. Na verdade, foi dito que a democracia é a pior forma de governo, exceto por todas as outras formas que foram tentadas de tempos em tempos...”

Sendo duas forças que se opõem, a meritocracia e a igualdade só podem se reconciliar em sociedades que ofereçam o máximo possível de igualdade e de amplitude de oportunidades com reconhecimento e valorização dos melhores desempenhos e das características individuais.

Uma democracia saudável e educada chegará a um ponto onde o regime de cotas se fará desnecessário. Ele pode servir para corrigir deformações no curto prazo enquanto a falta de diversidade gerar injustiças sociais.

É necessariamente um processo de conciliação permanente para que se evite extremos e desigualdades que são naturalmente consequências da própria dinâmica, seja da sociedade seja das leis da própria natureza. O equilíbrio, seja na natureza ou na sociedade não é uma consequência natural da evolução – ao contrário.

Nossa inteligência e nossos valores sociais devem interferir para obter o maior equilíbrio dentro do desequilíbrio natural. Infelizmente, no longo prazo, igualdade e progresso não são parceiros permanentes, nem na natureza nem na sociedade. Será preciso equilibrar estes dois objetivos para conseguir um crescimento harmônico, eficaz e socialmente aceitável.

É a velha dialética, de novo!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, James Truslow. *The Epic of America*. Boston: Little, Brown and Company, 1931.

BOGHOSIAN, Bruce M. Is Inequality Inevitable? *Scientific American*. nov., 2019. Disponível em <https://www.scientificamerican.com/article/is-inequality-inevitable/> Acesso em 24 fev. 2022.

FRAGA, Érica. Cotistas têm desempenho inferior entre universitários. *Antifes*, 29 abr. 2013. Disponível em <https://www.andifes.org.br/?p=19583> Acesso em 27 fev. 2022.

GOULD, Elise. Higher Returns On Education Can't Explain Growing Wage Inequality. *Economic Policy Institute*, 2019. Disponível em <https://www.epi.org/blog/higher-returns-on-education-cant-explain-growing-wage-inequality/> Acesso em 24 fev 2022.

MARKOWITZ, Daniel. *The Meritocracy Trap: How America's Foundational Myth Feeds Inequality, Dismantles the Middle Class and Devours the Elite*. Londres: Penguin Press, 2019.

MARKOVITZ, Daniel. *The Meritocracy Trap*. Londres: Penguin Books, 2020.

SANDER, R.; TAYLOR Jr, S. *Mismatch*. Nova York: Basic Books, 2012.

SANDEL, Michael. *The Tyranny of Merit*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

SANDEL, Michael. Meritocracy and global Inequality. Entrevista disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nyZGrxHKftg> Acesso em 27 fev. 2022.

SPENCER, Herbert. *The Principles of Biology*. Boston: Appleton and Company, 1910.

STAL, Isabelle; THOMÉ, Françoise. *A Escola dos Bárbaros*. ed. T A Queiroz, 1991.

UNESCO. *Understanding Access to Higher Education in the Last Two Decades*, 2020.

YOUNG, Michael. *The rise of meritocracy*. Londres: Thames and Hudson, 1958.